

19/06/2019

Tempos Paradoxais

Fatima Sueli Neto Ribeiro

[Doutora em Saúde Pública. Coordenadora do Grupo de Ensino e Pesquisa em Câncer - GEPEC da UERJ/Universidade do Estado do Rio de Janeiro]

A imagem do tempo paradoxal começa em 2002 quando um marco importante da área de Saúde do Trabalhador no SUS ocorreu - a criação da Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador / RENAST e seus Centros de Referência em Saúde do Trabalhador / CEREST -.

Com opiniões e versões polêmicas, indubitavelmente este se constituiu como um marco do campo. Isto se deu ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, tendo como Ministro Barjas Negri. Configura-se o primeiro paradoxo, um governo que inicia coibindo a greve de petroleiros e asfixiando as universidades termina com a criação e financiamento de uma rede de serviços ligados à Saúde do Trabalhador. Também neste período foram publicadas Portarias importantes para a área.

Finalmente, a área começou a receber recursos sistemáticos e definidos no SUS. Nos anos seguintes, nos governos do PT, outras Portarias ampliaram e foram dando contorno ao modelo CEREST num período ainda confuso, mas marcado por um governo com compromisso social e políticas de redistribuição de renda. Ampliaram-se os CEREST e as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho (NR). Até 2015, diversos outros aspectos podem ser destacados, mas vale situar que pessoas comprometidas com o campo da Saúde do Trabalhador assumiram cargos estratégicos nos Ministérios e na direção de importantes órgãos como a Faculdade de Saúde Pública da USP e a Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ. Realizaram-se a III e a IV Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e foram publicadas 2 Políticas que disciplinam a Saúde do Trabalhador, agora com destaque também para "a Trabalhadora". A notificação de agravos relacionados ao trabalho ganhou fôlego no SUS, com destaque para os acidentes, distúrbios mentais e câncer relacionado ao trabalho. Por outro lado, a liberação de agrotóxicos começa a expandir após a exoneração do profissional de carreira responsável pelo registro e autorização de comercialização no Ministério da Saúde.

Do legado deste período pode-se destacar a ampliação do número de CEREST, dos 17 em 2002 para 213 em 2018, e o volume de recursos, aproximadamente R\$ 68 milhões anuais. Além da ampliação do debate sobre a atuação da Saúde do Trabalhador na atenção básica. O paradoxo deste período reside, justamente, no governo de um trabalhador acidentado no trabalho não ter efluído debates e atuação

orientada para alguns problemas cruciais como o agrotóxico e o amianto. Para destacar apenas dois que ainda estão no foco.

Em 2016, um golpe de estado parlamentar-jurídico-midiático se configurou no Brasil, evidenciando a nova estratégia das oligarquias latino-americanas e inaugurando o cenário de atrocidades contra a democracia e os direitos constitucionais relacionados à saúde, previdência e ao trabalho. Desde então, rupturas graves nos direitos trabalhistas vêm sendo aprovadas, em particular a forma de registrar o trabalho, o ônus do trabalhador para processar o empregador e a permissibilidade para o trabalho em locais insalubres para gestantes.

Num momento incipiente foi aprovada no Supremo Tribunal Federal a proibição do uso, comercialização e extração de amianto no país. E o terceiro paradoxo se estabelece. Notoriamente, a luta pela proibição do amianto está ligada à vida de uma mulher e à luta de uma associação de doentes. As instituições com atribuições de proteger e zelar pela vida dos trabalhadores ajudaram muito, quando não atrapalharam ou puniram este movimento.

Após 2018, o segundo momento do golpe se instala, com a eleição da personificação do imaginário brasileiro que nunca havíamos assumido: preconceituoso, machista, agressivo, conservador, violento e com limitações intelectuais. As ligações com o capital financeiro são evidentes e o alvo são as estruturas públicas capazes de gerar lucros e ainda não privatizadas como a Previdência, a Universidade Pública e a Saúde.

Para garantir a terceirização ilimitada e a precarização absoluta das relações de trabalho, o lado jurídico do golpe volta atrás e restringe o trabalho de gestante em áreas insalubres. No mesmo processo, o executivo elimina Ministérios decisivos para a fiscalização da segurança do trabalho, anuncia a redução de normas que disciplinam o ambiente de trabalho, reduz a participação social em diversos conselhos e abre as portas para a degradação ambiental, incluindo a liberação de 169 agrotóxicos.

A novidade deste momento é justamente o silêncio.

Poucas instituições se colocam publicamente na defesa da vida do trabalhador, enquanto estruturas operacionais dos serviços de saúde e grupos da sociedade civil se calam.

Frente ao silêncio, avançam as tragédias ampliadas relacionadas ao trabalho, tendo o legislativo e o executivo articulando o retorno da exploração do amianto e outros retrocessos inimagináveis.

Este quarto paradoxo me permite evocar Martin Luther King "*O que me preocupa não é nem o grito dos corruptos, dos violentos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética... O que me preocupa é o silêncio dos bons*". ■■■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.